

A LUTA PELA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA*

LA LUCHA POR LA DEMOCRACIA EN AMÉRICA LATINA

THE STRUGGLE FOR DEMOCRACY IN LATIN AMERICA

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49152>

Ruy Mauro Marini¹

[Tradução: Rodrigo Castelo²]

Nunca como hoje a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais latino-americanas e na reflexão sobre elas. Isto se deve, sem dúvida, à dura experiência do período de autoritarismo e repressão do qual a região apenas começa a sair. Mas se deve também a que, tal como se apresenta para nós, a ideia de democracia envolve conteúdos, remete a conceitos e desperta significados que transcendem sua definição corrente.

Em primeiro lugar, temos a soberania. Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, levantar a questão de sua capacidade de autodeterminação, vale dizer, de fixar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos. Implica, portanto, evocar o tema da dependência em que se encontra a região no plano do capitalismo internacional, e conduz, por isso mesmo, a entender a luta pela democracia como uma luta de libertação nacional.

Depois vem a justiça social. Porque, na América Latina, o conceito de democracia está expresso hoje – na consciência dos povos e no discurso dos seus dirigentes – na atenção às necessidades mais urgentes, na superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, na edificação de uma sociedade que, ao se basear no respeito a vontade da maioria, faça dos interesses desta o critério prioritário de ação. Nesta perspectiva, a luta pela democracia é a luta por uma ordem social tendendo à justiça e à igualdade; é, em suma – onde é mais avançada –, a luta pelo socialismo, importando pouco os qualitativos que a ele se aderem ou os prazos que se estabelecem para sua concretização.

Ao examinar, pois, o movimento e as tendências dos processos de democratização que estão em curso na América Latina, me vejo obrigado a considerar estes elementos como referências e a me mover em um marco que, à primeira vista, parece exceder em muito o tema deste trabalho. Isso é compensado pelo fato de que enfrento uma limitação incontornável: ao tomar a América Latina como objeto de análise,

renuncio necessariamente a captar toda a riqueza e singularidade dos distintos processos nacionais, que somente de maneira parcial são redutíveis a um esquema global de interpretação e que, em casos extremos, escapam totalmente a ele. Por isto, as lutas democráticas ocorridas nos países da América Central cabem muito menos aqui do que as em processo no Cone Sul, e a democracia revolucionária nicaraguense está totalmente fora das minhas preocupações.

Uma advertência final: ao empregar termos como democratização ou redemocratização, não estou fazendo nenhum juízo de valor sobre o que ocorre na região e nem de longe suponho que estejam voltados a realizar a noção de democracia a que me referi. Faço alusão simplesmente à mudança de governos militares por governos civis e à implementação de mecanismos destinados a criar ou reestabelecer instituições estatais representativas.

O imperialismo e a reconversão

A redemocratização latino-americana está enquadrada na ofensiva desatada pelos Estados Unidos para, enquanto enfrenta a crise internacional, reestruturar a economia capitalista mundial para seu próprio benefício. Guardadas as proporções e respeitadas as diferenças, a situação tem pontos em comum com a que se apresentou no final da segunda guerra mundial. Naquela época, como potência econômica e seguindo o exemplo do que fez a Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos puderam impor o liberalismo econômico ao mundo, criando as instituições encarregadas de garantir a sua aplicação. O dinamismo e o poder que ostenta a mais significativa destas instituições – o Fundo Monetário Internacional – são uma prova de como a economia norte-americana, ante novos males, recorre a velhos remédios.

Hoje, como ontem, os Estados Unidos estão interessados em reestabelecer as bases de uma divisão internacional do trabalho que permita a circulação plena de mercadorias e capitais. A pressão que exerce sobre os países da América Latina vai, pois, no sentido de fomentar suas exportações, o que implica em maior ou menor grau uma reconversão produtiva que não apenas respeite o princípio da especialização segundo as vantagens comparativas, mas que abra mais espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado. Na perspectiva desse projeto neoliberal, começa a se desenhar o futuro que o capitalismo internacional reserva à região: uma América Latina integrada ainda mais estreitamente à economia mundial, mediante sua transformação em economia exportadora de novo tipo, vale dizer, uma economia que, ao lado da exploração mais intensiva de suas riquezas naturais, reestruture sua indústria para torná-la competitiva no mercado exterior.

Para todos os países, isto implica a destruição de parte do seu capital social; sobretudo na indústria, pois somente ramos com vantagens comparativas reais ou que absorvam alta tecnologia e grandes massas de investimento aparecem como viáveis nessa nova divisão do trabalho. Compreende-se, assim, que a destruição seja mais dramática em países como Chile, Uruguai e ainda Argentina do que no Brasil ou México (mesmo que este último, pela vizinhança com os Estados Unidos, se veja ameaçado por uma quase anexação). A reconversão também implica a redistribuição do capital social em favor dos grandes grupos industriais e financeiros, redistribuição que se estende àquela porção hoje nas mãos do Estado; por isso não

surpreende o motivo do FMI eleger como questão prioritária a redução do *déficit* público, um dos instrumentos mais eficazes nesse sentido. Para as massas, o preço da reconversão é o agravamento da superexploração do trabalho e a generalização do desemprego, qualquer que seja a sua forma, como resultado da destruição de parte do capital social juntamente à rápida elevação dos níveis tecnológicos atuais.

A imposição de um projeto dessa natureza não pôde se realizar facilmente através das ditaduras militares que os Estados Unidos contribuíram para estabelecer na América Latina a partir da década de sessenta. Na medida em que envolve o encolhimento do Estado, pela redução de sua base econômica e a limitação de suas funções, esse projeto contraria os interesses das Forças Armadas, cuja condição material de existência é o próprio aparato estatal. Mas há outras razões. Uma vez constituídas, as ditaduras militares formularam projetos nacionais que, se não ameaçaram o esquema de segurança internacional dos Estados Unidos, criaram constantes conflitos no seu seio, seja pelo seu nacionalismo exacerbado, que provocou mais de uma ameaça de conflito na região e acabou por gerar um acontecimento como a guerra das Malvinas, seja pela pretensão dos governos militares de obterem acesso a certa autonomia no plano internacional, como se viu sobretudo no caso do Brasil. Mais grave ainda, as Forças Armadas se mostraram incapazes de construir regimes políticos estáveis, que era, afinal, a missão prioritária designada a elas pelos Estados Unidos.

Tudo isto levou o imperialismo norte-americano a decidir promover mudanças institucionais que poderiam ser aplicadas sem colocar em risco os sistemas de dominação vigentes, ao mesmo tempo que utilizava novos instrumentos de pressão para impor seu projeto de reconversão econômica. A imposição dos interesses dos Estados Unidos à América Latina abandonou gradualmente os meios de ação político-militares – a Casa Branca, o Pentágono, o Departamento de Estado – para se exercer mais ativamente através de canais como o Departamento de Comércio, os grupos privados e, naturalmente, o FMI. Esta tendência se torna dominante a partir de 1980, quando Ronald Reagan chega ao poder e se afirma definitivamente após a bancarrota mexicana e brasileira em 1982.

Cabe assinalar que a mudança da política exterior norte-americana em relação à América Latina não implicou o abandono da doutrina de *contrainsurgência*, na qual se baseia, como tampouco da atenção concedida às Forças Armadas. Trata-se de uma mudança de ênfase, que opera diferentemente de acordo com a zona ou a situação específica de cada país. É assim que, para a América Central, a redemocratização se articula com a militarização, como pode ser visto em El Salvador, em Honduras, na Guatemala, no Panamá e até na Costa Rica, enquanto no Cone Sul o apoio aos processos de democratização exclui o Paraguai e não se estende ainda ao Chile.

Seja como for, a submissão dos governos da região ao projeto econômico norte-americano se encontra ainda em processo e se realiza em meio a resistências e conflitos. São muitos interesses contrariados, global ou parcialmente, pela reconversão, fato que, por si só, já teria exigido, nos países em questão, a abertura de espaços de luta, isto é, processos de democratização. Quanto mais a reconversão abriu fissuras no bloco burguês-militar, constituído a partir dos anos 1960, mais incentivou a ascensão dos movimentos populares. A sorte da redemocratização atualmente em curso depende em ampla medida do desenlace dessas contradições e desses enfrentamentos.

A questão do quarto poder

Nessa perspectiva, convém examinar a situação das Forças Armadas. A rejeição provocada em parte da sociedade devido ao seu desempenho na direção do Estado as levou a renunciar ao exercício direto do poder, mas não parece ter abalado as suas motivações ideológica e política mais profundas; tampouco afetou significativamente a sua unidade interna. Embora visíveis até certo ponto, as diversas posições nelas observadas não conduziram a lutas abertas entre as frações, que tenderam a ser resolvidas em coexistência e cumplicidade.

Isto, que contribuiu de maneira decisiva para que a transição a governos civis tenha sido feita pacificamente, difere consideravelmente do padrão de conflito interno nas Forças Armadas que prevalecia antes dos regimes ditatoriais e se deve, em parte, à responsabilidade institucional que lhes cabe nos fatos ocorridos, desde a política econômica antipopular até o uso da violência. Mas o comportamento relativamente monolítico dos militares, na atual conjuntura, tem uma causa de caráter mais estrutural: seu reforço ideológico a partir da adoção da doutrina norte-americana da contrainsurgência nos anos sessenta. Tal doutrina lhes permitiu fundar, sobre bases sólidas, sua concepção das instituições armadas como garantia fundamental dos interesses do Estado (identificados como segurança nacional), e chamadas por ele a exercer seu papel não somente tutelar, mas também de dirigente na sociedade.

No entanto, a ideologia e a doutrina das Forças Armadas não se encontram exatamente no mesmo patamar da década de sessenta. Isto se deve, em certa medida, ao questionamento ao qual a doutrina de contrainsurgência foi submetido pela própria elite militar e civil dos Estados Unidos, após a derrota no Vietnã, e às reformulações que esta elite levou a cabo, particularmente depois da ascensão de James Carter à presidência. A consequência disto foi um certo desconforto nas Forças Armadas latino-americanas e um alento inesperado aos movimentos democráticos que surgiram na região, os quais alcançaram seus primeiros triunfos. Mas foi a guerra das Malvinas que levou esse processo ao seu ponto crítico, precipitando a evolução do pensamento militar latino-americano para novas elaborações.

A doutrina de contrainsurgência pressupunha uma certa concepção de correlação de forças e interesses presentes no plano internacional, da qual derivava a ideia do papel auxiliar das Forças Armadas da América Latina no esquema de poder do imperialismo e, em contrapartida, a acentuação de sua vocação de polícia, isto é, de guardiões da ordem interna. O conflito entre países que integravam o mesmo campo de forças e o alinhamento dos Estados Unidos contra a América Latina na guerra das Malvinas foram eventos que, somados à posição assumida por soviéticos e cubanos, arruinaram o conceito de seguridade hemisférica e questionaram a ideia de divisão do mundo em dois blocos. Isto significou colocar em dúvida o pressuposto geopolítico mais geral no qual se baseava a doutrina de segurança nacional, subproduto latino-americano da contrainsurgência.

Nestas condições, era inevitável que as Forças Armadas acelerassem a reformulação ideológica na qual já se encontravam engajadas, tanto mais que – depois dos conflitos do período Carter – a política internacional dos Estados Unidos acentuou, com Reagan, o seu nacionalismo e tendia a defender a reconquista plena da sua hegemonia, sem considerar seus supostos parceiros. A ascensão do movimento

democrático na América Latina e a adesão que começou a receber dos setores burgueses tornaram ainda mais urgente essa reformulação.

Desde 1982, começa a se observar uma reorientação no pensamento militar latino-americano em duas direções: situar novamente, no centro das preocupações das Forças Armadas, a sua capacidade de resposta diante de eventuais agressões externas e pensar esta capacidade como parte de uma ação mais ampla que, transcendendo aos militares, envolve o resto da sociedade. Assim se reverteu a ordem de prioridades até então adotada.

A mudança nos anos oitenta não implicou a renúncia da doutrina de segurança nacional, embora tenha modificado a ordem e a ênfase dos elementos que a compõem, ao mesmo tempo que alterou a forma como os militares concebem a sua relação com a sociedade civil. Isto até tornou a doutrina mais aceitável para as Forças Armadas de países que, inseridos em contextos institucionais relativamente estáveis, haviam assimilado mais lentamente e com muitas resistências internas os ensinamentos doutrinários dos anos sessenta. Cabe mencionar, em particular, a Venezuela e o México, em especial o último, que tem uma história marcada por conflitos às vezes agudos com os Estados Unidos e que alimenta grande desconfiança em relação aos objetivos estadunidenses na América Central. É somente depois da guerra das Malvinas que os chefes militares mexicanos começaram a assumir como sua a doutrina de segurança nacional, ligando-a explicitamente à defesa da riqueza petrolífera do país, fenômeno que se acentua na Marinha, pois parte substancial dessa riqueza está na superfície marítima.

No Cone Sul, sobretudo no Brasil, o berço dessa doutrina, a virada ideológica dos militares permitiu-lhes acompanhar a ascensão do movimento democrático. Mas também lhes colocou um problema: como construir um ambiente adequado no esquema institucional e político que substituiria as ditaduras. Na verdade, esta questão está posta desde os anos setenta, ao se iniciarem as lutas democráticas e ao se produzirem os primeiros enfrentamentos com os Estados Unidos. Começou, então, a se gestar uma estratégia que trataria de ser aplicada plenamente nos anos oitenta, no instante em que o duplo movimento da ideologia militar e do fortalecimento da frente democrática exigiu uma solução imediata.

É necessário assinalar que, apesar do caráter tenso e até mesmo conflituoso que marcou as relações entre as ditaduras latino-americanas e os Estados Unidos no mandato Carter, o governo norte-americano não somente propiciou essa estratégia como também propiciou elementos de elaboração. Encabeçada por Brzesinski, a nova equipe de intelectuais, que ocupou postos de assessoria e mando em Washington, tinha como missão reestabelecer o prestígio internacional do país, fortemente abalado pela derrota do Vietnã, pelos conflitos com seus aliados europeus e pelo avanço dos movimentos revolucionários na Ásia, África e Oriente Médio. Admitindo que os Estados Unidos estavam na defensiva, essa equipe expressou o desejo de promover uma mudança na política exterior, reestabelecendo nela a retórica dos valores democráticos e dos direitos humanos. Com isso, o governo abandonou o fomento aos golpes militares e o apoio aberto às ditaduras. Mas não modificou sua preocupação em relação a contar com regimes estáveis e confiáveis nos países da sua área de influência e é precisamente daí que veio a principal censura aos militares latino-americanos, que se mostravam incapazes de assegurar esta estabilidade e confiabilidade.

A preocupação norte-americana – que, além disso, transcendia a América Latina para se estender aos países avançados – se traduzia na busca de princípios e mecanismos que proporcionariam governabilidade às democracias, segundo a fórmula de um dos ideólogos em voga, Samuel Huntington. Na versão dada pelo Departamento de Estado, o conceito de “democracia governável” deu lugar a consigna de “democracia viável”, entendida como um regime de corte democrático-representativo tutelado pelas Forças Armadas. Observemos que esse modelo não constituía uma verdadeira ruptura com a doutrina de contrainsurgência, a qual estabelecia que, por detrás das fases de aniquilamento do inimigo interno e reconquista de bases sociais pelas Forças Armadas, deveria se seguir uma terceira fase, destinada à reconstrução democrática.

A elaboração ideológica norte-americana ia ao encontro daquela realizada pelos militares latino-americanos, no seu esforço de se adaptarem aos novos tempos. No Brasil, particularmente, onde se iniciou, desde 1974, um abrandamento no regime, seus ideólogos militares e civis recorreram a uma tradição do país, que concedia historicamente às Forças Armadas atribuições de afiançamento, supervisão e controle em relação aos poderes do Estado. Nesta linha, se apelou à constituição política do período monárquico, com vigência por quase setenta anos no século XIX, que consagrou uma forma estatal de quatro poderes, sobrepondo aos Executivo, Legislativo e Judiciário o poder moderador, exercido pessoalmente pelo imperador. Este poder – argumentaram os ideólogos da ditadura – derivava do monarca ter nas suas mãos o supremo mando militar, de modo que, ao término da monarquia, o poder passou automaticamente para as Forças Armadas.

Casuísmos à parte, a vida política brasileira dos anos setenta e início dos oitenta se caracterizou pelo esforço dos militares em manterem a iniciativa e o controle do processo de liberalização, com vistas a chegar a uma reformulação institucional que lhes assegurasse formalmente a posição de quarto poder do Estado. O exercício desse poder permaneceria nas mãos dos órgãos corporativos das instituições castrenses, na esfera do Estado-Maior e dos aparatos de inteligência, mas teriam sua instância máxima no Conselho de Segurança Nacional. Fórmulas similares inspiraram a Constituição proposta em referendo pelos militares uruguaios, no início dos anos oitenta, e que foi recusada, bem como a especificação de demandas apresentadas pelos militares argentinos às vésperas de deixar o poder, que não foram atendidas.

O ocorrido no Uruguai e na Argentina e o fracasso relativo do último governo militar brasileiro (que teve que ceder prematuramente o poder aos civis segundo o seu calendário, sem garantir formalmente sua própria posição no Estado) não devem, contudo, ser enganosos: isto representa mais a derrota de certas frações militares e de suas estratégias particulares do que o fracasso definitivo das Forças Armadas nas suas pretensões de criar um espaço próprio na nova institucionalidade que está se gestando na América Latina. É possível que a correlação de forças nas lutas atuais não favoreça a fórmula do Estado de quatro poderes, tal como se planejou na segunda metade dos anos setenta. Mas o problema da institucionalização do poder militar, isto é, a definição formal do papel das Forças Armadas no novo Estado, segue de pé.

Neste sentido, os militares seguem contando com o apoio dos Estados Unidos. Sob o governo Reagan, a política exterior norte-americana para a América Latina, embora tenha reestabelecido a ênfase na questão da segurança, seguiu favorecendo a implantação de democracias viáveis na região e se empenhou

diretamente nisto na América Central. Mas essa convergência de interesses dos Estados Unidos e das Forças Armadas latino-americanas não ocultou o fato de que estas se opõem, em certa medida, ao projeto de reconversão econômica planejado particularmente por aquele país – embora não apenas por isto – no que se refere a sua intenção de debilitar o aparato estatal na esfera econômica. É por aí que também ocorre a principal divergência existente hoje em dia entre as forças armadas e as burguesias latino-americanas.

O projeto burguês

Inspiradora e principal beneficiária dos regimes militares, a burguesia começou a se separar deles a certa altura do processo para considerar a conveniência de assumir a gestão direta do aparato estatal. Para isto, teve influência o aumento do custo de lidar com a coisa pública, derivado da intermediação militar e agravado pela corrupção que as ditaduras propiciavam (que, embora beneficiasse a distintos grupos burgueses, desagradava ao conjunto da classe). Influenciou também o fato de que as forças armadas buscaram orientar, a favor dos seus próprios projetos, as políticas estatais, nem sempre totalmente coincidentes com os interesses gerais da burguesia (como, por exemplo, no caso do Brasil, a excessiva ênfase atribuída à conquista da tecnologia nuclear). Mas o fato determinante foi o surgimento e desenvolvimento dos movimentos democráticos populares, que mostraram a incapacidade dos regimes militares em promover uma estabilidade política duradoura.

A burguesia, que viu com hostilidade e receio esses movimentos, acabou por aderir a eles. Mas não se limitou à adesão: lutou avidamente por assumir a sua direção ideológica e política, procedendo, previamente, a sua própria unificação mediante um grande acordo entre suas distintas frações. O êxito obtido nesta empreitada favoreceu o caráter pacífico assumido pela transição e permitiu que a criação de uma nova institucionalidade fosse feita em um marco de relativa continuidade, orientando-se pelo estabelecimento de um pacto social capaz de restituir legitimidade ao sistema de dominação e ao Estado.

A concretização do pacto social ficou sujeita, no entanto, à definição do projeto burguês para a reorganização da economia e do Estado. A burguesia propôs, neste sentido, as linhas básicas do seu projeto: a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neoliberal. Na sua retórica, essas duas linhas aparecem confundidas em uma só, sendo corrente no seu discurso o uso de consignas liberais aplicadas a solução de questões democráticas. Na prática, tratam-se de orientações distintas, embora organicamente vinculadas, que geram problemas claramente distinguíveis nas suas relações com as demais forças sociais e políticas.

Do ponto de vista da reconstrução democrática, a burguesia colocou o acento principal no fortalecimento do Parlamento, onde pode obter maioria com facilidade, diretamente ou por mediação da elite política ao seu serviço. Por um lado, colide com os militares, inclinados, como vimos, a se institucionalizarem como o quarto poder do Estado, acima dos três poderes tradicionais. Colide, por outro, com o movimento popular, que – sem se opor propriamente à revalorização do Legislativo – defende, a partir de sua experiência recente, a ideia de uma democracia participativa, que privilegie as organizações

sociais em relação ao Estado e as converta em órgãos de decisão e controle nas questões que interessam diretamente aos distintos setores do povo.

No que diz respeito ao liberalismo, a burguesia o toma como arma para privatizar em seu benefício o capital social hoje nas mãos do Estado e limitar a capacidade de regulação de que dispõe o Executivo, seja transferindo parte das suas atribuições ao Parlamento, seja apropriando-se da outra parte em nome dos direitos sagrados da iniciativa privada. Encontra, aqui também, certa oposição das Forças Armadas, que retiram sua seiva do Estado e em especial do Executivo, assim como a desconfiança do movimento popular, que vacila ainda entre a defesa da propriedade estatal e a busca de novas formas de propriedade social, ligadas à cooperação, à cogestão e à autogestão.

As dificuldades que a burguesia enfrenta ao expressar seus interesses na esfera política são acentuadas em relação à definição e implementação de seu projeto econômico. A crise que vive a região concorre decisivamente para isto, na medida em que, como toda crise, agudiza as contradições de classes e propicia enfrentamentos internos dentro da própria classe dominante; tanto mais que a crise não representa um mero fenômeno cíclico dentro de um dado padrão de reprodução do capital, mas a ruptura do padrão vigente e o esforço difícil de gestação de um novo.

Já vimos que a América Latina enfrenta o projeto de reconversão econômica defendido pelos Estados Unidos, cuja realização implica nela reassumir o papel de economia exportadora que desempenhou anteriormente no sistema capitalista e renunciar, portanto, ao objetivo do desenvolvimento autônomo, que iniciou nos anos trinta. Existe, naturalmente, uma diferença fundamental na situação que se quer criar e a que ocorreu no século XIX: ao contrário do passado, a América Latina está hoje obrigada a nivelar-se internacionalmente em matéria de produtividade e tecnologia, qualquer que seja o ramo – agrícola, mineral ou manufatureiro – que assegurem o seu vínculo com o mercado exterior. Isto não faz senão agravar os problemas criados pela reconversão, propondo de forma ainda mais drástica a supressão de ramos inteiros de atividade – e, portanto, a destruição do capital social correspondente e dos setores burgueses aí implantados –, assim como a extensão do desemprego aberto ou disfarçado para amplos contingentes de trabalhadores.

É compreensível que a grande burguesia industrial e financeira – agente e gestora natural da reconversão – enfrente rebeldias e resistências que a obrigam a iniciar uma negociação difícil com os Estados Unidos, de cujo resultado depende em grande medida a preservação do seu sistema de dominação. A presença das Forças Armadas no conflito é um fator adicional de complicação, na medida em que a reconversão ameaça em muitos aspectos a sua base econômica de poder, sobretudo quando questiona a possibilidade de desenvolver ramos industriais, tais como o bélico, o nuclear e o da informática, nos países de maior desenvolvimento relativo, mas também, para os demais, o mecânico e o metalúrgico. Tem que se considerar, finalmente, que a grande burguesia nem sempre concorda com as diretrizes fixadas pelo projeto norte-americano, ambicionando a ocupação de espaços muitas vezes vedados a ela por esse projeto.

O grau de desenvolvimento econômico do país e sua posição na economia internacional, a configuração apresentada pela luta de classes, o peso específico da grande burguesia no sistema de dominação, a importância relativa que tem para cada nação a carga de destruição implícita na reconversão:

tudo isto está contribuindo para estabelecer os níveis de enfrentamento com os Estados Unidos e proporcionar soluções particulares em matéria de política interna, particularmente no que se refere às alianças de classe. Nos extremos, temos duas situações-limite. No Peru, a convergência da burguesia, das Forças Armadas e amplos setores do movimento popular do legado aprista, que enfatiza o papel do Estado, e dentro dele, no Executivo, com base num pacto social definido em termos puramente reformistas e anti-imperialistas. No Brasil, a aliança entre a grande burguesia e as Forças Armadas – ainda pendente a questão de saber se o eixo do Estado passará pelo Congresso ou pelo quarto poder – para restaurar, sobre as bases da democracia representativa, a legitimidade do Estado e, mediante uma política neodesenvolvimentista, preservar em certa medida a possibilidade de uma economia autônoma.

Em todos os casos, os processos de redemocratização que estão em curso na América Latina se desenrolam sob a hegemonia burguesa e ameaçam frustrar o principal protagonista dos movimentos antiditatoriais que tornou possível tais processos: o povo. Entender porque isto ocorre desta forma levamos a perguntar se, em um futuro próximo, a situação poderá ser diferente; esta é, no final das contas, a razão de ser desta reflexão.

A luta por democracia

O movimento popular vem de uma derrota histórica, que significou o dismantelamento de suas vanguardas e o sacrifício de seus quadros e dirigentes. O fim das ditaduras tem sido, em boa parte, sua obra, graças aos combates travados, em especial, nos últimos oito anos. Mas havia outros fatores, como vimos anteriormente, cuja força e presença as forças populares intuíram, ainda que – prejudicadas em sua capacidade de análise e elaboração tática pela destruição da esquerda – não tenham sido capazes de identificá-las claramente e, a partir daí, traçar uma linha de ação. Pior ainda: seu desenvolvimento recente dividiu e dispersou as forças populares, criando obstáculos para a sua projeção no plano político com sua força real; o que as leva a se manifestar como movimento tão somente em conjunturas críticas.

A divisão e dispersão do campo popular foram impostas pelos militares no seu afã de suprimir qualquer tipo de oposição organizada. Reprimidos e perseguidos, os cidadãos se refugiaram nos seus últimos redutos, aqueles nos quais não poderiam ser expulsos: a fábrica, a moradia, a escola, para iniciar dali um esforço de resistência à violação de seus direitos e, logo, de defesa aberta deles. Isto implicou um trabalho de organização pela base do movimento popular, que lhe permitiria, no futuro, engajar-se nas grandes campanhas democráticas.

A frágil sustentação social das ditaduras e o conjunto de fatores nacionais e internacionais que conspiraram contra a sua permanência aceleraram o curso do processo e levaram a resultados que excederam em muito a capacidade real de ação do movimento popular. Este teve, portanto, que ingressar em uma nova etapa antes que seu processo de renovação e reestruturação estivesse concluído. Muitas das suas ações estavam ligadas aos seus interesses imediatos, corporativos, sem chegar àquele ponto em que se transmutam em objetivos sociais e políticos de alcance mais geral. A substituição de seus velhos dirigentes por novos

quadros forjados nas lutas de resistência, entretanto, não havia sido finalizada quando se ingressou na nova etapa, o que causou a perda de unidade de direção em distintos setores.

A complexidade dos elementos que formam o movimento popular e a transformação recente de suas condições de vida, ainda não assimilada como experiência, fizeram o resto. Isso incide tanto nas novas classes médias assalariadas, que se ampliaram notavelmente nos últimos anos às custas das burguesias média e pequena ou mesmo da classe operária, como no proletariado industrial, que teve de assimilar novos contingentes urbanos e rurais em proporções desmedidas. E incide também no proletariado rural e no campesinato pobre, assim como nos estratos médios e pequenos da burguesia.

Por isso, o aumento do grau de organização e combatividade das massas latino-americanas, particularmente notável desde o último terço da década de 1970, não foi suficiente para neutralizar a ofensiva ideológica e política da grande burguesia. Esta pôde intervir em um momento no qual a consciência crítica do povo a respeito do sistema que o oprime e explora apenas começava a aflorar e somente em alguns setores de ponta esboçava uma resposta radical. A burguesia aceitou as aspirações populares e dá agora suas respostas, que as dilui e deforma, oferecendo reformas liberais onde se demandaram exigências de participação, democracia e socialismo.

Mas não há fenômeno na vida social que não tenha dois lados. Se a experiência molecular e marcadamente reivindicativa do movimento popular se constituiu em fator negativo para sua unificação, no momento de início da redemocratização lhe proporcionou, em contraponto, as premissas para uma estratégia de luta pelo poder e para um projeto novo de sociedade. Ao lado das organizações tradicionais, como os sindicatos, o movimento popular conta com organismos de todo tipo, que teve que criar para assegurar seu direito à moradia, ao transporte, ao abastecimento, à distribuição de luz e água, os quais lhe conferem uma capacidade inusitada para compreender, manejar e controlar os complexos mecanismos de produção e circulação de bens e serviços. Assim, quando a burguesia lhe apresenta hoje um modelo de sociedade que pretende deslocar para a iniciativa privada esses mecanismos e colocá-los sob a tutela de um Estado centrado no parlamento, onde a própria burguesia é soberana, o movimento popular está em condições de contrapor seu próprio esquema de organização social, baseado na organização dos cidadãos em torno de seus interesses imediatos e em sua participação direta nas instâncias pertinentes de decisão.

Haverá, talvez, que se cogitar uma fase intermediária, ditada pela correlação de forças, e que consista em converter esses organismos de democracia participativa em instrumentos de pressão e controle sobre o aparato do Estado, antes de obter acesso ao nível pleno de tomada de decisões. Mas, ainda assim, isso abre ao movimento popular um caminho próprio, independente, entre as posições da burguesia e das Forças Armadas em torno do problema da privatização do Estado. A experiência dos povos latino-americanos lhes ensinou que a concentração de poderes nas mãos do Estado, quando não está sob seu controle, somente reforça a máquina de opressão da burguesia. Enfraquecê-lo hoje, retirando-lhe força econômica e política, não pode, portanto, senão interessar no mais alto grau ao movimento popular, sempre e quando isto implique a transferência de poderes, não para a burguesia, mas para o povo. Por isto, frente à privatização ou à simples estatização, o movimento popular expressa seus interesses na proposta de uma área social

regida pelo princípio da autogestão e pela subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares.

Na luta por sua proposta democrática, o movimento popular necessita mais do que nunca de sua unificação no plano social e da reconstrução de suas direções políticas. A reorganização da esquerda é hoje um imperativo para que a ideia de democracia, que abriu caminho na consciência popular latino-americana, se converta em realidade. Nisso, naturalmente, a responsabilidade maior é da própria esquerda. A ela cabe refletir sobre a sua rica experiência em todos estes anos, tirando as lições que nela estão contidas, e abrir sem preconceitos de nenhuma espécie a compreensão da evolução real do movimento popular no período recente. O outro caminho, o da discussão doutrinária, que a esquerda se vê tantas vezes tentada a trilhar, não lhe abre perspectivas reais de desenvolvimento.

Neste processo cabe, sem dúvida, repensar a tendência que tem sido a da esquerda nos anos sessenta no sentido de privilegiar as tarefas econômicas na luta revolucionária, o uso do Estado como fator primordial de transformação e a perspectiva do homem primariamente como entidade socioprofissional. Em última instância a luta de classes vem do processo produtivo e não está em discussão a definição do indivíduo como operário ou camponês. Mas, operário ou não, camponês ou não, o indivíduo é homem ou mulher, é branco, índio ou negro, é um animal que requer condições ecológicas adequadas a sua sobrevivência, entre muitos outros aspectos. Como tal, é lícito e necessário participar de movimentos e organizações focados em demandas particulares e específicas, embora somente em um nível recupere a sua unidade, reintegrando suas diferentes facetas num todo indivisível: enquanto cidadão, membro integral da sociedade política. Em um mundo dividido em classes e grupos, não lhe é permitida a participação direta como cidadão na sociedade e no Estado, mas sim como membro de um partido político que se proponha a abolir essas classes e avançar rumo à supressão do Estado.

Partidos e organizações sociais não são entidades antagônicas: são, pelo contrário, fenômenos que dizem respeito a distintos âmbitos da vida real, a distintas dimensões e instâncias de participação do indivíduo na sociedade. Opor-se a eles na ótica autonomista, ou hierarquizá-los ou subordiná-los entre si, ao velho estilo da esquerda, só pode atrapalhar uns e outros e conduzir o indivíduo e sua prática social para a desintegração. Assumir o seu desenvolvimento interdependente e harmônico aponta, inversamente, à recuperação do homem integral em sua diversidade e riqueza e permite aspirar a construção de uma sociedade que lhe ofereça o amplo espaço por ele requerido.

Este é o desafio posto à esquerda latino-americana e que, se responder bem a ele, lhe permitirá triunfar onde outros fracassaram: formular um projeto independente e alternativo ao simulacro de democracia que a burguesia pretende impor. Não se pode prever, entretanto, o seu desenho, que deverá surgir das lutas concretas que estão sendo travadas. Mas, embora rejeitando as armadilhas com as quais a burguesia procura confundir as aspirações das massas, tal projeto haverá de resgatar as conquistas históricas que as massas lograram já no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, descartará as abordagens dogmáticas e sectárias que fazem da unidade ponto de partida, ao invés de – começando pelo reconhecimento das tendências políticas e correntes ideológicas existentes – fazer do pluralismo o critério fundamental de uma prática social livre e solidária.

Neste projeto, democracia e socialismo reassumirão o seu verdadeiro significado, que faz de um a contrapartida necessária do outro, e se apresentarão não somente como uma visão prospectiva de uma ordem social desejada, mas também e, acima de tudo, como expressão programática do que move os homens todos os dias das suas vidas.

Notas

* Publicado originalmente em *Cuadernos políticos* n.44, México D.F., p.3-11, jul./dez. 1985. Comunicação apresentada no seminário “Democracia e paz na América Latina”, promovido pelo Sistema Universitário Mundial, México, 11-12 de novembro de 1985. O texto em espanhol está disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/064_democracia_america_latina.html. Este texto foi republicado, anos mais tarde e com ligeiras alterações, como o primeiro capítulo do livro *América Latina: dependência e integração*.

¹ Sociólogo formado na EBAP/FGV-Rio, foi um combativo militante em organizações marxistas, como a Polop e o MIR. Também atuou na área acadêmica, sendo professor na Universidade do Chile, Universidade Nacional Autónoma do México e Universidade de Brasília, dentre outras. Na sua vasta produção teórica, destacam-se os livros *Subdesenvolvimento e revolução*, *Dialética da dependência*, *O reformismo e a contrarrevolução*, *Estudos sobre o Chile e América Latina: dependência e integração*. Sua obra está disponível gratuitamente, quase na íntegra, na página eletrônica <http://www.marini-escritos.unam.mx/>.

² Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Grupo de trabalho (GT) sobre teoria marxista da dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Membro do comitê editorial da revista *Germinar: marxismo e educação em debate*. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080597950497381>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8927-1055>. E-mail: rodrigo.castelo@gmail.com.

Recebido em: 27 de abr. 2022

Aprovado em: 27 de abr. 2022